

Oposição ataca ministros na abertura do Congresso

Marcondes Sampaio

O Congresso reiniciou suas atividades ontem com sessões plenárias marcadas — principalmente na Câmara — por grande ênfase da oposição na crítica à política salarial do Governo e na defesa dos interesses dos aposentados, bem como à condenação à política econômica adotada pelo governo Collor. Os dois ministros mais criticados pelos oposicionistas foram os da Agricultura, Antônio Cabrera, e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, definida, ironicamente, pelo deputado petista José Genoíno, como a "dama de ferro do grande capital" e acusada, pela deputada petista Raquel Cândido, de representante do Fundo Monetário Internacional no País e de pôr em prática uma política econômica monitorada por essa instituição.

Na Câmara — presentes na Casa 52 deputados e em plenário pouco mais de 20 — a sessão foi aberta com um discurso do presidente da Comissão do Trabalho, Amaury Müller (PDT-RS), que, baseado em observações feitas durante viagem ao Rio Grande do Sul, declarou-se "profundamente apreensivo" com a crise social. E indagou: "O que pretende o sr. Collor de Mello? Assassinar a democracia? Destronar as conquistas sociais duramente conseguidas pelo povo brasileiro durante a Assembleia Constituinte? O que pretende afinal esse homem, na sua arrogância, na sua insolência? Está pretendendo instalar um novo regime autoritário ditatorial, fardado ou não, ou quer, afinal, percorrer os caminhos pró-digos da liberdade e da democracia?"

Amaury concluiu seu pronunciamento com uma exortação ao Congresso — repetida por vários outros oradores — no sentido de que rejeite o veto presidencial ao projeto da nova política salarial. O deputado petista João Paulo sustentou que o governo está inviabilizando as atividades econômicas, "impõendo uma recessão brutal como nunca passamos e investindo contra os assalariados e contra os beneficiários da Previdência Social". Para reforçar suas críticas, observou o representante do PT que "os militares já começam a se manifestar contra o empobrecimento imposto a servidores civis e militares, e estão a exigir do presidente da República reajustes recuperando as perdas sofridas".

Nessa questão dos salários, as críticas do PT se voltaram não só contra o Governo, mas também contra o comportamento do líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. José Genoíno estranhou que, em declarações ao "Jornal da Tarde", segunda-feira, o senador "tucano" tenha sustentado que "o governo deve ser duro para manter a diminuição da inflação, inclusive não permitindo a indexação dos salários" — posição que, para Genoíno, faz o líder do PSDB "mais realista do que o rei".

Apesar da posição que lhe foi atribuída pelo representante do PT, Fernando Henrique Cardoso afirmou, no plenário do Senado, que seu partido não aceitará o veto presidencial ao projeto da política salarial. O líder do PSDB reclamou urgência para a votação do plano de custeio da Previdência e para o Código de Defesa do Consumidor. Em aparte a Fernando Henrique Cardoso, Nelson Carneiro explicou que o plano de custeio da Previdência só não foi ainda apreciado por ter chegado ao Senado praticamente quando se iniciava o recesso parlamentar. O senador fluminense mostrou-se convencido de que a matéria terá a prioridade necessária e, no seu aparte, incluiu uma crítica à exclusão dos aposentados e pensionistas do abono provisório concedido pelo governo federal.



Poucos parlamentares afastaram-se de suas bases para participar da reabertura do Congresso

Givaldo Barbosa